

***VENTOS DE SÃO FERNANDO VI
ENERGIA S.A.***

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de dezembro de 2021 e 2020

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Ventos de São Fernando VI Energia S.A.

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	59	1	Fornecedores	7	1	1
Total		<u>59</u>	<u>1</u>	Partes Relacionadas		-	8
				Total		<u>1</u>	<u>9</u>
Não Circulante				Total do Passivo		<u>1</u>	<u>9</u>
Imobilizado	6	7	7				
Total		<u>7</u>	<u>7</u>	Patrimônio Líquido			
				Capital social	8	101	1
				Prejuízo Acumulado		(36)	(2)
				Total do patrimônio líquido		<u>65</u>	<u>(1)</u>
Total		<u><u>66</u></u>	<u><u>8</u></u>	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u><u>66</u></u>	<u><u>8</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Ventos de São Fernando VI Energia S.A.

Demonstrações de Resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2021	2020
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	9	(33)	(2)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro		(33)	(2)
Despesas financeiras	10	(1)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(34)	(2)
Prejuízo Líquido do Exercício		(34)	(2)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Capital Social	Prejuízo Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019		1	-	1
Integralização de Capital Social		-	(2)	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		1	(2)	(1)
Prejuízo líquido do exercício	8	-	(34)	(34)
Integralização de Capital Social	8	100	-	100
Saldo em 31 de dezembro de 2021		101	(36)	65

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo Líquido do Exercício	(34)	(2)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	<u>(34)</u>	<u>(2)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Ventos de São Fernando VI Energia S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo líquido do Exercício		(34)	(2)
		(34)	(2)
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Fornecedores		-	1
Partes Relacionadas		(8)	8
Caixa aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais		(42)	7
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado		-	(7)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		-	(7)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de Capital	8	100	-
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		100	-
AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		58	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		59	1

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto Operacional

A Ventos de São Fernando VI Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na Rodovia RN 129, Km 9,5, S/N – Zona Rural - CEP 59590-000, cidade de São Bento do Norte/RN, constituída em 18 de dezembro de 2018.

A Companhia tem como controlador direto a Enerfín Enervento Exterior S.L.U, a qual detém 99,99% do seu capital social.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

Acionistas

	Ações	% de Participação
Enerfín Enervento Exterior S.L.U.	100.999	99,99%
Jose Castellanos Ybarra	1	0,01%
	<u>101.000</u>	<u>100%</u>

A Companhia foi constituída com o propósito específico de geração de energia elétrica proveniente de fonte eólica para fins de comércio em caráter permanente, sem constituir-se em empresa concessionária de serviço público, seu controlador é Enerfín Enervento Exterior S.L.U. A companhia encontra-se em fase pré-operacional.

1.2. Continuidade Operacional

A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.3. Impactos da COVID-19 nas demonstrações informações financeiras

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais impuseram restrições com o objetivo de conter a disseminação do vírus. Estas medidas foram em sua grande maioria relacionadas a imposição do distanciamento social e trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores. Na gestão da operação dos parques estão sendo adotados todos os cuidados e restrições de sanitárias estabelecidos pelas autoridades

governamentais, entretanto a companhia não observou impactos relevantes causados pela pandemia em suas operações, devido à natureza do seu negócio que está atrelada ao recurso eólico, que é a fonte para a geração de energia.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei n.º 6.404/76 com alterações da Lei n.º 11.638/07 e Lei n.º 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 28 de abril de 2022.

2.2. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais, os custos com

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Ventos de São Fernando VI Energia S.A.

desmontagem e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, a partir da data de homologação dos ativos, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização dos parques, quando aplicável.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.5. Tributação

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de Lucro Presumido para apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o resultado. Nesse regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas, acrescida das demais receitas auferidas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões de pronunciamentos que ainda não foram adotados pela Companhia:

a) Pronunciamentos já emitidos, mas que ainda não entraram em vigência e que ainda não foram adotados pela Companhia:

(I) IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros;

(II) Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes;

(III) Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual;

- (IV) Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido;
- (V) Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato;
- (VI) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura.
- (VII) Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis;
- (VIII) Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis.
- (IX) Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“single transaction”).

A Companhia avaliou os pronunciamentos e não identificou impactos relevantes nas suas informações financeiras intermediárias.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Principais julgamentos e fontes incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas os principais julgamentos e premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

4.1.1 Vida útil dos bens do imobilizado

Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Ventos de São Fernando VI Energia S.A.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldos de caixa e bancos	<u>59</u>	<u>1</u>
	<u>59</u>	<u>1</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo.

6. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado na data das demonstrações financeiras apresenta os saldos da Operação do Sistema como em andamento, devido a encontrar-se em fase de pré-operacional:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Custo</u>	<u>Custo</u>
Operação do Sistema:		
Imobilização em Andamento	<u>7</u>	<u>7</u>
	<u>7</u>	<u>7</u>

7. FORNECEDORES

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores	<u>1</u>	<u>1</u>

Trata-se de obrigações com fornecedores das operações da Companhia.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Ventos de São Fernando VI Energia S.A.

O Capital Social valor de R\$ 101.000, é representado por 101.000 ações ordinárias nominativas de valor nominal R\$ 1,00. Em 2021 foi integralizado R\$ 100.000.

b) Reservas de lucro:

b.1 Reserva Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

c) Distribuição de Lucro:

A Companhia em 2021 não distribuiu lucros devido ao seu prejuízo do exercício.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo líquido do exercício	(34)	(2)
	<u>(34)</u>	<u>(2)</u>

9. DESPESA CLASSIFICADO POR FUNÇÃO E NATUREZA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesa Classificada por função		
Gerais e Administrativas	33	2
Total	<u>33</u>	<u>2</u>
Despesa Classificada por natureza		
Despesa Legas e Cartório	27	-
Impostos e Taxas	2	2
Outras Despesas Administrativas	4	-
Total	<u>33</u>	<u>2</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Ventos de São Fernando VI Energia S.A.

10. RECEITA (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas Bancárias	<u>1</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras	<u>1</u>	<u>-</u>

10.1 Remuneração dos Administradores

A Companhia não remunera diretamente os membros da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador.

Felipe Ostermayer
CPF: 405.281.110-00
Diretor
Procurador

Silvio Marcelino Bobrowski
CPF: 714.342.320-34
CRC RS 52920/O-9
Contador